

Conclusão

A proposta desta dissertação foi estudar criticamente o tratado de filosofia política escrito por Dante Alighieri em princípios do século XIV, chamado *Monarquia*. Abordei o texto dentro de uma perspectiva que considerou seu caráter original em relação à produção intelectual sobre a teoria do Império que circulou durante os últimos séculos da era medieval.

A singularidade do tratado não se encontraria na defesa da causa imperial, em virtude do que Dante poderia ser considerado um homem preso ao passado — pois é comum associar o Império a um modelo de governo decadente ao final da Idade Média¹, — mas sim na forma como organizou os argumentos em defesa do poder secular.

Procurei mostrar de que forma Dante teria partido de uma visão dualista e radicalizado as teorias dentro dessa perspectiva para elaborar seu modelo de sociedade apresentado na *Monarquia* no qual define funções distintas entre a Igreja e o Império. Existiria, segundo o autor, uma autonomia do poder secular em relação ao poder espiritual em virtude de possuírem ambas funções diferenciadas dentro da sociedade. Para ele os poderes não se confundiriam, posto que não atuariam no mesmo campo.

Penso que, neste sentido, sua tese sugere originalidade em relação à teoria imperial. Vimos que desde cedo os teóricos do Sacro Império Romano Germânico se esforçaram em demonstrar a legitimidade do governante secular nos assuntos sagrados. Buscavam resgatar a herança romana na qual o Império era o poder criado pela divindade para proteger e expandir o cristianismo pelo mundo. Dante, porém, não tratou de estabelecer uma ligação com a divindade, imbuindo o imperador de um ofício sacro, mas caminhou no sentido de diferenciar o poder secular do poder divino da Igreja, retirando do campo sagrado as atribuições do governante e definindo para ele uma função que é, em princípio, temporal e que, portanto, se completaria neste mundo.

¹ Esta opinião foi a de alguns historiadores dos quais destaco o nome de Jacques Le Goff e Quentin Skinner, como vimos no quarto capítulo.

Numa perspectiva que pode ser definida a partir da afirmação de J.H Burns²: “A adoção da idéia aristotélica de uma realidade política natural facilita uma distinção clara entre Igreja e Estado³”, procurei compreender a tese defendida na *Monarquia* levando em conta a influência do pensamento aristotélico que chegou a Dante, principalmente, através da síntese cristã na filosofia escolástica realizada por Santo Tomás de Aquino.

Observei como, a partir do movimento de tradução e leitura de Aristóteles iniciado durante o século XII e da filosofia tomista no século seguinte, apresentou-se a possibilidade de estabelecer uma dignidade da ação humana concebida em seu caráter essencialmente natural. Para Santo Tomás de Aquino, haveria uma diferença entre a dimensão natural e a divina fundamentada na distinção que o filósofo sugeriu entre razão e fé.

Com o pensamento escolástico abria-se a possibilidade de chegar à divindade através das operações do intelecto humano. Observando a natureza, arte pela qual o divino se manifestaria no mundo, o homem conseguiria ter a experiência de Deus. A possibilidade de participar da essência divina foi dada ao ser humano através dos elementos que ele tem acesso em vida e através de sua especulação racional. O papel da fé na busca das verdades sagradas jamais foi questionado, porém o homem passaria a contar também com o auxílio da razão neste percurso. Assim, ao mesmo tempo que Deus estaria menos distante da experiência mundana, o homem, por sua vez, lentamente se aliviava da carga negativa que possuía na doutrina cristã e a oposição entre o reino celeste, perfeito, e o mundo dos mortais, representando a decadência, aos poucos, é atenuada.

É neste sentido que busquei compreender o pensamento do poeta quando ele estabelece a beatitude (utilizando, precisamente, o termo importado da experiência religiosa) como o fim supremo para a humanidade neste mundo. Dante somente pôde utilizar tal termo a partir do momento que a existência humana não seria identificada apenas com o período de decadência imposta aos primeiros homens após o pecado original na perspectiva da tradição cristã. De qualquer forma, a tese da *Monarquia*

² BURNS, J.H. Histoire de la pensée politique médiévale 350-1450.

³ BURNS, J. H. Idem, pp 341.

causou estranhamento a alguns homens em sua época — como vimos no caso do dominicano Guido Vernani, que não aceitou a possibilidade de uma beatitude antes da morte.

Dante referiu-se à felicidade humana, a ser desfrutada no paraíso terrestre, como o fim último nesta vida. Este paraíso não representaria um espaço geograficamente localizado em algum lugar distante ou, ainda, no reino celeste, e sim um ideal que devia ser alcançado sem uma fantástica viagem ao além ou a alguma ilha longínqua. De acordo com o autor, para orientar os homens a este fim Deus teria criado a autoridade imperial única capaz de estabelecer a paz e a justiça necessárias para que o paraíso terrestre se torne possível. O imperador, por sua vez, devia contar com o auxílio de toda a espécie humana nesta tarefa de construir sobre a terra um espaço de felicidade.

A participação do homem se tornaria relevante não apenas em seu caminho para compreender Deus, mas no caminho para construir a felicidade terrena. Assim, todo cidadão precisaria conhecer o fim último para o qual se ordena a humanidade e, desta forma, contribuir para atingi-lo. Sugeri uma abordagem em que o próprio tratado poderia ser entendido como uma contribuição do autor no sentido de esclarecer a humanidade sobre seu fim. O homem se dava conta de sua capacidade de intervenção no mundo e Dante, ciente disso, procurava intervir elaborando um modelo de organização da sociedade.

A discussão na *Monarquia* contemplaria um ideal de homem que, por um lado, agia no mundo no sentido de construir o paraíso terreno sob a direção do Império, e, por outro, que devia buscar o paraíso celeste através da contemplação, guiado pela luz divina oferecida pela Igreja. Segundo Dante, a natureza humana era dupla e desta forma era duplo também o fim para o qual existia. A natureza corruptível ordena-se à beatitude em vida, assim como a natureza incorruptível ordena-se à beatitude divina.

Ao fim temporal deveria conduzir o Império, com auxílio dos ensinamentos da filosofia e das virtudes morais ou intelectuais, e ao fim transcendental a humanidade seria guiada pela Igreja através dos ensinamentos da teologia com ajuda das virtudes teológicas.

Neste estudo, sustentei que a distinção entre as funções dos dois poderes foi possível desde que ela se inicia no interior de cada homem, que, segundo a tradição

cristã a que Dante se refere, seria composto de uma natureza dupla. O corpo buscaria o fim natural para o qual se orienta através da ação dos homens no mundo. Já a alma buscaria o fim espiritual que lentamente se interioriza, deslocando-se do âmbito público para o privado. Este processo de subjetivação da idéia de salvação estaria em curso à época em que Dante viveu. Assim, se o fim da alma lentamente se transferia para o campo da salvação pessoal não havia conflito entre uma vida dedicada à ação no âmbito público e ao mesmo tempo à contemplação posto que se remetem a dimensões distintas dentro do interior de cada homem.

Desta forma, entendo que não existiu para o autor uma oposição entre a vida ativa e a vida contemplativa, e, ao contrário, as duas se harmonizariam numa mesma pessoa. É evidente que, para Dante, a atitude de um homem em relação à atividade pública não estaria isolada de sua devoção cristã e seus deveres perante Deus. A participação pública de um cidadão era determinante no destino de sua alma no Além. Na *Divina Comédia* o autor oferece diversos exemplos de cristãos que não se comportaram adequadamente em relação a seu ofício público e por isso foram condenados às penas infernais. Este foi o caso de Guido de Montefeltro reconhecido pelo poeta no canto XXVII do Inferno onde se encontrava pelos maus conselhos dados ao Papa Bonifácio VIII⁴.

Com efeito, a vida ativa poderia conciliar-se com uma vida dedicada à contemplação posto que ambas alojavam-se em dimensões distintas dentro do ser humano, porém elas não se encontravam absolutamente separadas ou isoladas no entendimento do poeta. Neste sentido, propus considerarmos o próprio Dante Alighieri um exemplo de homem ao mesmo tempo dedicado à atividade política na cidade de Florença e a especulação intelectual que o conduz ao paraíso em sua viagem pelo outro mundo.

Certamente, a discussão sobre uma forma de conciliar a vida ativa à vida contemplativa assumiu um lugar privilegiado no ambiente intelectual na primeira metade do *Quattrocento*. Newton Bignotto pode nos ajudar a pensar esta questão a partir da seguinte afirmação: “*Continuar a ser cristão, mesmo abandonando o universo mental dos medievais, foi o grande desafio posto para os pensadores italianos daquela*

⁴ DANTE ALIGHIERI, *Divina Comédia*, Inferno, Canto XXVII: “*Enquanto tive um corpo, e fui vivente/ mais a raposa eu imitei, traiçoeira,/ nos atos meus, do que o leão valente. (...) Só se perdoa a quem remorso sente./ E ser contrito e o mal ir praticando,/ pela contradição não se consente.*” pp 336.

época.”⁵ A solução para este impasse encontrada pelos humanistas que escreveram mais de um século depois de Dante não estava muito distante daquela que ele teria proposto na *Monarquia* ao distinguir as atribuições de um governante secular e do pai espiritual. Ao longo da modernidade a perspectiva de uma religião que se interioriza e, sem abandonar completamente as manifestações públicas de fé, desloca-se para o âmbito privado possibilitou uma harmônica convivência entre as formas religiosas de vida e os valores do mundo. Se na obra de Dante reconhecemos certos aspectos do pensamento moderno como viriam a ser encontrados mais adiante, não considero, contudo, que ele possa ser visto como um dos primeiros humanistas e menos que não tenha pertencido ao universo mental da Idade Média. Em primeiro lugar, o poeta não esteve diretamente preocupado com o problema de como harmonizar a dedicação a Deus e ao mesmo tempo à vida pública. Por outro lado, vimos que Dante participava de um universo medieval no qual o cosmos encontrava-se organizado em função de uma hierarquia descendente que tinha Deus no topo. Desta forma, a distinção que assinalamos na *Monarquia* entre o Papa e o Imperador jamais seria absoluta posto que ambos se encontram subordinados ao Pai Supremo na figura do qual tudo se unifica.

Creio, portanto, que Dante não deve ser considerado já um humanista, mas, tampouco, um homem integralmente medieval. Tendo em vista que essa discussão é bastante antiga e controversa penso que seria melhor entender o pensamento do autor em seus aspectos intrínsecos e observar que a leitura de sua obra nos leva a refletir sobre questões que posteriormente viriam a se tornar relevantes.

Poderíamos concluir então que na *Monarquia* o autor valorizou a atividade humana e a experiência terrena em termos medievais, ou em termos que eram acessíveis e presentes na cultura em que viveu. Contudo, compreender o pensamento de Dante pode contribuir para entendermos o caminho percorrido em direção à concepção que foi privilegiada pela modernidade. Neste sentido, poderíamos citar as palavras de Antony Black que afirma:

“For him, the categories ‘medieval’ and ‘Renaissance’ seem superfluous; the inspiration for his thought was Christian and Aristotelian but the way he

⁵ BIGNOTTO, Newton. As origens do republicanismo moderno. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001, pp 136.

used both to make an argument for universal polity, and the kind of polity he conceived to be, were original.”⁶

⁶ BLACK, Antony. Political thought in Europe 1250- 1450. Cambridge, Cambridge University Press, 1992, pp 96.